

Governador de Sergipe é acusado de integrar esquema de subvenções

Rio — A CPI do Orçamento e o Tribunal de Contas da União (TCU) conseguiram reunir “indícios de graves irregularidades” na liberação de verbas sociais para entidades sediadas no Rio. Entre as irregularidades, estão a emissão de notas frias para justificar a aplicação do dinheiro e cópias de cheques que beneficiaram integrantes do esquema. Os nomes das entidades e das pessoas envolvidas nas fraudes ainda estão sob sigilo, mas parlamentares que atuam nas investigações não têm dúvidas de que o derrame de verbas sociais só foi possível por ter contado com a participação do Executivo.

“Havia um acerto entre os dois João”, garante o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos integrantes da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI. Além do deputado João Alves (PPR-BA), o principal envolvido nas fraudes do Orçamento, Vivaldo acredita que as investigações sobre a liberação de dinheiro para entidades religiosas vão chegar ao ex-ministro do Interior João Alves Filho (PFL), atual governador de Sergipe.

Evangélicos — Hoje cedo, os integrantes da Subcomissão de Subvenções Sociais estarão reunidos com os técnicos do TCU que investigam as irregularidades na liberação de verbas do Orçamento para entidades fluminenses. A CPI constatou que entre 1989 e 1992 foram destinados ao estado 62 milhões de dólares em verbas sociais que beneficiaram 16 entidades fluminenses. O valor é equivalente a 30 por cento de todas as verbas sociais liberadas pela União no período. O trabalho dos técnicos do TCU

começou na quarta-feira e se concentrou até agora nas entidades evangélicas controladas pelo pastor Isaías Maciel.

A campeã no recebimento de verbas públicas é a Confederação Brasileira de Serviços de Assistência Social Evangélicos, com um total de 3,4 milhões de dólares — mesmo valor destinado à Associação Promotora do Evangelismo e à Ordem dos Ministros Evangélicos. A relação de entidades controladas por Maciel inclui ainda o Serviço de Assistência Social e Evangélico (Sase), processada criminalmente por fraudes contra o antigo Inamps.

Na reunião de hoje, os deputados da CPI esperam reunir novas munções para o depoimento do deputado federal Fábio Raunheitti (PTB-RJ). A estimativa é de que nos últimos quatro anos, Raunheitti conseguiu a liberação de dez milhões de dólares em recursos do Ministério da Ação Social. Além de entupir de dinheiro um privilegiado grupo de entidades “filantrópicas” da própria família, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Raunheitti conseguiu aprovar 48 emendas, no valor total de 36 milhões de dólares, para municípios de outros estados.

As primeiras evidências de que houve uma permuta de emendas é a ligação estreita entre Raunheitti e o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). No Orçamento de 1991, o parlamentar fluminense conseguiu aprovar verbas de 364 mil dólares para os municípios mineiros de Bonfim, Carmo do Cajuru, Jeceaba, Nova União, Rio Pardo de Minas, Aimorés, Conselheiro Pena e Jequeri — cidade natal de José Geraldo.